

## CAPÍTULO X

### A Redução Relativa do Excedente

A partir de 1974 o Brasil entra em um processo de desaceleração econômica e crise política. Depois de sete anos de "milagre" os problemas subitamente ressurgem. Avolumam-se. Parecem tornar-se insolúveis. Mas no plano econômico o problema principal parece não ser desaceleração. Pelo contrário. Seja em 1974 e 1975, seja em 1977 a desaceleração é provocada pelo Governo. E seu alcance é limitado. Em nenhum momento chega a se configurar um quadro de depressão econômica, de desemprego aberto, de elevação do nível de estoques, de clara retração dos investimentos e do consumo. Os problemas sistematicamente citados, que levam a economia e a própria sociedade a uma atmosfera de crise, são sempre dois: o desequilíbrio do balanço de pagamentos e a inflação.

São dois desequilíbrios graves, já bastante analisados. O "milagre" foi em parte financiado por empréstimos externos. Exportações e importações aumentaram fortemente no período. Mas enquanto o aumento das exportações tornava-se intrínseco ao desenvolvimento do setor moderno, produtor de bens de consumo de luxo, que possui um alto coeficiente de importação, situando-se portanto no próprio bojo do modelo modernizante de subdesenvolvimento industrializado, o aumento das exportações continuava a depender fundamentalmente de uma série de produtos agrícolas e extrativos, que

não eram particularmente beneficiados pelos grandes investimentos modernizantes. Já a inflação era muito mais uma consequência do que uma causa dos desequilíbrios estruturais que tendiam a se aprofundar na economia brasileira dos anos setenta.

A esses dois desequilíbrios torna-se hoje cada vez mais claro que é preciso adicionar um terceiro: o desequilíbrio orçamentário do Estado ao nível Federal, Estadual e Municipal. Não pretendemos, ao falar em desequilíbrio, afirmar que o Estado esteja entrando necessariamente em deficit e perdendo o controle de suas finanças. Não se trata disso. Simplesmente, os amplos recursos que o Estado passou a dispor a partir de 1967, com a reforma tributária, esgotaram-se. Havia uma sobra. O Estado tinha a segurança de tudo poder realizar mas os investimentos, nem sempre os mais prioritários, foram sendo realizados. Construía uma estrada, uma escola, um quartel, era preciso agora mantê-los. E a sobra ou a folga orçamentária ia aos poucos desaparecendo. Até que nos últimos um ou dois anos chegamos claramente e de novo ao regime de escassez de recursos para investimentos estatais.

E este fenômeno se agrava na medida em que as empresas privadas, já altamente endividadas, pressionam o Estado por subsídios dos mais variados tipos, entre os quais salienta-se a limitação a 20% de correção monetária nos empréstimos a longo prazo para financiar investimentos.

Estes três desequilíbrios — balanço de pagamentos, orçamento do Estado e inflação, aos quais se poderia adicionar um quarto de menor importância, o alto endividamento das empresas — possuem todos uma característica comum: estão relacionados com o processo de redução relativa do excedente econômico que passa a ocorrer no Brasil a partir de 1974. Este fenômeno pode ser em parte identificado com o processo de redução relativa da taxa de concentração de renda do país.

O excedente econômico é a parte da renda nacional que excede ao consumo necessário ou ao consumo dos trabalhadores. No Brasil, na medida em que admitamos que os trabalhadores destinam todos os seus salários ao consumo, e que desprezemos o consumo necessário dos tecnoburocratas e dos capitalistas, o excedente será igual aos ordenados dos tecnoburocratas e aos lucros dos capitalistas.

Os capitalistas incluem desde a pequena burguesia dos pequenos comerciantes, agricultores, industriais e profissionais liberais até a alta burguesia. Os tecnoburocratas incluem todos os administradores e técnicos de nível médio e superior que trabalham em organizações burocráticas públicas ou privadas, civis ou militares. São os funcionários não manuais que recebem um ordenado em função de sua posição na hierarquia burocrática e não um salário em função de sua produção e de seu custo de reprodução, como acontece com os trabalhadores.

Capitalistas e tecnoburocratas constituem as classes dominantes no Brasil. Lucros e ordenados são a forma pela qual se apropriam do excedente. A taxa de concentração de renda da economia é dada pela relação entre o excedente e os salários. Quanto maior for essa taxa, maior será a concentração.

Por outro lado, da mesma forma que a taxa de salários é igual ao total de salários por trabalhador, podemos definir a taxa de excedente como sendo o total de excedente (ordenados mais lucros) por tecnoburocratas e capitalistas. Em outras palavras, a taxa de salário é o total de salários *per capita*; a taxa de excedente é o total de excedente *per capita*, consideradas no denominador, no primeiro caso, apenas os trabalhadores e, no segundo caso, apenas os capitalistas e tecnoburocratas.

Embora não existam dados precisos a respeito do assunto, podemos afirmar que até 1974 a taxa de concentração e a taxa de excedente vinham crescendo rapidamente. A renda se concentrava nas mãos de capitalistas e tecnoburocratas. Os lucros e ordenados cresciam em ritmo de milagre.

A partir de 1974, porém, com a crise do petróleo e o recrudescimento da inflação, surgem nuvens no horizonte. O protesto dos trabalhadores expresso nas eleições de 1974 confirmam as apreensões das classes dominantes.

A partir de 1974 a taxa de aumento da renda per capita começa a diminuir. Em 1975, a taxa de salários, que vinha caindo sistematicamente, aumenta devido à intervenção do governo.

Em consequência paralisa-se o crescimento da taxa de concentração de renda, e a taxa de excedente por tecnoburo-

crata e capitalista passa a crescer mais lentamente. Em outras palavras, verifica-se um processo de redução relativa do excedente. Não há ainda uma redução absoluta, mas sua taxa de crescimento do excedente total diminui, e em consequência diminui o índice de crescimento da taxa de excedente por capitalista e tecnoburocrata e a taxa de concentração de renda. Em um primeiro momento esses índices podem até ter caído.

Em consequência há ameaças pairando pelo ar de que é preciso apertar os cintos, realizar sacrifícios. Por outro lado, voltar a fazer os trabalhadores pagarem a conta não parece viável. Nesse momento, não é de se esperar que os capitalistas e tecnoburocratas, em sua qualidade de classes dominantes, representando a sociedade civil, aceitem passivamente a redução relativa do seu excedente. Embora essas classes tenham manifestado sua "preocupação" com a crescente concentração da renda no país, a qual passou por um amplo e profundo processo de crítica pela esquerda a partir do início dos anos setenta, quando sentem sua participação na renda ameaçada reagem imediatamente, ainda que se trate de sua participação potencial ou futura. A redução relativa do excedente é uma ameaça que provoca imediatamente reações no plano econômico e no político.

Enquanto o Governo fala na necessidade de sacrifícios, de apertar de cintos, os capitalistas procuram aumentar automaticamente seus preços através de práticas oligopolíticas e tentam, sob todas as formas, obter subsídios e outros benefícios do Estado, na medida em que percebem que o Estado possui uma capacidade crescente de controlar e dividir administrativamente o excedente (em vez de deixar que atuem as forças do mercado). Os tecnoburocratas, por sua vez, tratam de aumentar sua pressão por reajustes de ordenados. O resultado é o agravamento das pressões inflacionárias e a retomada com mais vigor por parte do Governo de medidas para reduzir o crédito e conter a demanda. E assim fecha-se o círculo. A taxa de excedente reduz-se ou cresce lentamente aprofundando a crise.

Se colocarmos agora o Estado e o setor externo formalmente no modelo, o quadro ganha maior compreensibilidade. De um lado temos a despesa estatal, que consideramos fora do

excedente, embora possa haver consumo de luxo por parte do Estado quando ele consome em nome das classes ricas, e de outro acumulação de meios de produção pelo Estado, que faz parte do excedente. A poupança externa, por sua vez, corresponde ao hiato de recursos, ou seja, ao deficit em transações correntes, refletindo-se no aumento do endividamento e na variação das reservas internacionais.

A redução relativa do excedente pode agora ser mais bem esclarecida. Não é apenas a taxa de crescimento da taxa de excedente que diminui, não é apenas a taxa de concentração de renda que estagna ou passa a crescer mais lentamente. Além disso, na medida em que o endividamento externo atingiu índices extremamente elevados, não é mais possível continuar uma política de transferência de poupança externa para dentro do país. Este fenômeno ainda poderá ocorrer e vem ocorrendo por algum tempo, devido à pressão das circunstâncias. O enorme deficit na balança de serviços, devido principalmente aos elevados juros a ser pagos, mantém o deficit na balança de transação correntes e portanto implica em continuarmos a obter poupanças externas. Mas agora esta poupança é obtida a contragosto, com graves preocupações. E no momento em que caminharíamos para o equilíbrio do balanço de pagamentos e para a diminuição relativa do endividamento, isto implicará em transformar a poupança externa em um valor negativo. Por outro lado, na medida em que a sobra de recursos do Estado obtida com a reforma tributária esgota-se, a relação investimento governamental sobre consumo governamental tende a diminuir. Em outras palavras o excedente relativo disponível para o Estado também reduz-se.

O problema do excedente disponível total, portanto, é provavelmente mais grave do que o do excedente privado, não considerado o Governo e a poupança externa. Quando introduzimos essas duas variáveis, verificamos que provavelmente não há apenas uma redução na taxa de crescimento do excedente, mas uma estagnação momentânea e talvez mesmo uma diminuição do excedente disponível total na medida em que os recursos livres do Estado reduziram-se fortemente, e além disso devemos pensar em pagar nossas dívidas e juros internacionais.

Examinado o problema em termos de redução relativa da taxa de concentração e da taxa de excedente, os três desequilíbrios que hoje caracterizam a economia brasileira — balanço de pagamento, orçamento do Estado e inflação — revelam estar intimamente relacionados entre si e com a desaceleração econômica e a estabilização da taxa de salários. A desaceleração da economia, ou seja, a diminuição da taxa de aumento da produtividade que se verifica a partir de 1974 é, ao mesmo tempo, causa e consequência do desequilíbrio do balanço de pagamentos e do esgotamento da sobra orçamentária estatal. A desaceleração mais a estabilização dos salários implicam em redução na taxa de crescimento da taxa de excedente e da taxa de concentração de renda. Adicione-se a isto o desequilíbrio externo e o orçamentário e temos a redução relativa do excedente total disponível. A inflação, nessa trama de relacionamentos dialéticos entre variáveis econômicas, surge também como consequência e como causa. Como consequência na medida em que a redução relativa na taxa de excedente leva as empresas e indivíduos a procurar aumentar administrativamente seus preços e ordenados. Como causa na medida em que, diante da inflação, o Governo toma medidas de contenção da demanda agregada, aprofundando os problemas.

Durante os anos cinquenta a industrialização brasileira foi financiada principalmente através de transferência de excedente do setor exportador para o industrial. Nos anos sessenta e até 1974 a industrialização foi financiada pela redução real dos salários dos trabalhadores e por poupanças externas. A partir desse ano, não só houve uma forte deterioração das relações de troca, ou seja uma transferência relativa de excedente para o exterior, devido à elevação dos preços do petróleo, mas também não foi mais possível ao sistema capitalista encontrar internamente um grupo ou setor de quem extrair excedente relativo. Em consequência o sistema econômico perdeu o mecanismo de amortecimento dos seus desequilíbrios.

De repente voltamos ao regime de escassez. O Estado, que há pouco fazia planos mirabolantes, como o II Plano Nacional de Desenvolvimento, recua. Abandona projetos em meio. Reescalona investimentos. O país como um todo en-

frenta com preocupação o problema do endividamento externo, que há dois ou três anos atrás era visto com a maior despreocupação pelas autoridades governamentais. A inflação, apesar de todas as medidas de orientação do Governo, mantém-se num nível elevado. Reduz-se o excedente relativo e é preciso que alguém assuma os prejuízos, que alguém pague a conta, mas nem o setor externo dos anos cinquenta nem os trabalhadores dos anos sessenta estão à disposição. Não havendo ninguém disposto a pagar, mas muitos sentindo-se ameaçados, aos desequilíbrios econômicos soma-se a crise política.

No início de 1977 tem-se a impressão de que o Governo escolheu as camadas médias para pagar a conta. A limitação do aumento do funcionalismo público a 30% quando a inflação fora de 46% é uma indicação. A criação do empréstimo restituível sobre a gasolina, que oneraria principalmente essas camadas médias, é outro sinal. Mas logo em seguida o Governo é obrigado a recuar em relação à última medida. E o impasse continua.

*(Folha de S. Paulo, 10 de maio de 1977.)*